

<b>LINEAR</b> <b>COMUNICAÇÃO</b> TEL: 225-3566 FAX: 226-3007	JORNAL <b>A GAZETA (ES)</b>		
	DATA <b>28 SET 2000</b>	PAG: <b>14</b>	CADERNO <b>BRASIL 196</b>

# Caiapós cobram dinheiro de leilão para soltar reféns

**Belém** - Os índios caiapó exigem que o Governo federal envie o dinheiro arrecadado com um leilão de mogno extraído ilegalmente de suas terras em 1996 para libertar os 40 reféns - um delegado da Polícia Federal, 20 agentes, e 19 fiscais do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). O grupo foi aprisionado na terça-feira, na aldeia Puicararanca, em São Félix do Xingu, no sul do Pará.

O Ibama ficou com o dinheiro e não deu nenhuma satisfação aos índios, que agora estão cobrando", disse o ministrador do posto da Fundação Nacional do Índio (Funai) em Redenção, cacique Tokran Caiapó. Ele disse que os reféns estão sendo bem tratados e desmentiu informações sobre maus-tratos.

O grupo foi surpreendido no final da manhã de terça-feira por mais de cem caiapós armados quando fiscalizava a retirada ilegal de madeiras nobres, principalmente mogno, de dentro da reserva. A operação foi planejada desde agosto passado e conta com a participação de quinze policiais federais de Brasília e seis de Marabá, comandados pelo delegado Marco Aurélio. Tokran informou que ontem iria chegar a Redenção o chefe do posto da Funai em Colider (MT), Megaron Txucarramãe. Então os dois devem seguir para a aldeia, distante duas horas e meia de avião, para negociar a libertação dos servidores federais.

Em Brasília, as assessorias da Funai, do Ibama e da Polícia Federal negaram que seus funcionários estejam como reféns dos índios. Não é essa a mensagem que os caiapós têm passado por rádio para Tokran em Redenção. "O pessoal está proibido de sair e

é por isso que eu e o Megaron vamos para lá" disse o cacique.

Ele desconversou quando perguntado se os índios continuam negociando a venda de mogno para madeiras de Redenção e de São Félix do Xingu: "Desconheço o problema e nunca soube disso".

De 1998 até julho deste ano, a Procuradoria da República em Marabá abriu 25 processos sobre extração ilegal de madeira em áreas indígenas do sul do Pará. Várias madeiras de São Félix do Xingu respondem a processo por contrabando de mogno extraído com a conivência dos índios das reservas caiapó e parakanã. (AE)

## NOTA

### Funai nega haver equipe retida

A Fundação Nacional do Índio (Funai) informou ontem, em Brasília, que os agentes da Polícia Federal e integrantes da operação de repressão à retirada de madeira da reserva caiapó, em São Félix do Xingu (PA), não foram mantidos como reféns. Segundo nota divulgada pela instituição, as lideranças da região são favoráveis à ação do Governo. "Em nenhum momento a equipe (do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Funai, Polícia Federal e Aeronáutica) que participa da operação Xingu, para repressão à atividade madeireira em terra indígena, ficou retida ou tomada como refém dos índios que se encontram na região", afirmou a Funai.

# Escolas recebem cartilha ambiental

A Prefeitura da Serra, por intermédio da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (Semma), estará iniciando a distribuição para escolas públicas estaduais e municipais, a partir do dia 4 de outubro, cartilhas denominadas "Cinturão Verde - necessidade urgente de preservação". Aproximadamente 300 agentes ambientais comunitários, do projeto "Adote o seu pedacinho do Planeta", estarão visitando cerca de 11 bairros do município, objetivando a transmissão de orientações sobre a cartilha para as comunidades.

O propósito da iniciativa é conscientizar os residentes das áreas que fazem parte do "cinturão verde" da Serra, principalmente das encostas, sobre a necessidade de preservar a região, além do tipo de tratamento que é dado ao destino final do lixo.

Conforme o diretor do Departamento de Educação Ambiental da Semma, Josean de Castro Vieira, as áreas de vegetação da Serra necessitam ser preservadas em função do importante complexo natural que o município possui.

"Estamos enfatizando o trabalho de educação ambiental. Dessa forma, buscamos o apoio da população para tentar minimizar os problemas decorrentes do lixo, do esgoto e da ocupação desorganizada", relatou Vieira. A população pode se mobilizar para proteger o meio ambiente e promover a qualidade de vida, fiscalizando e denunciando as agressões ao ambiente. A Semma elaborou 10 mil exemplares, e as escolas estarão recebendo cinco cartilhas pelos correios, que ficarão à disposição dos alunos nas bibliotecas.